

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras padronizadas da Cambuci S.A., distribuídas da seguinte forma:

1. Contexto operacional
2. Relação de entidades controladas e consolidadas
3. Declaração da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
4. Novas normas, alterações e interpretações de normas
5. Demonstrações contábeis consolidadas
6. Reapresentação dos saldos de fornecedores correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016
7. Principais políticas contábeis
8. Política de gestão de risco
9. Caixa e equivalentes de caixa
10. Contas a receber
11. Estoques
12. Partes relacionadas
13. Tributos a recuperar
14. Despesas pagas antecipadamente
15. Demais contas a receber
16. Investimentos
17. Imobilizado
18. Intangível
19. Fornecedores
20. Empréstimos e financiamentos
21. Debêntures
22. Obrigações sociais e trabalhistas
23. Obrigações fiscais
24. Demais contas a pagar
25. Provisões para contingências
26. Patrimônio líquido
27. Instrumentos financeiros
28. Receita operacional líquida
29. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos
30. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas
31. Receitas financeiras e despesas financeiras
32. Despesas por natureza
33. Imposto de renda e contribuição social
34. Informações por segmento
35. Benefícios a empregados – Plano de opções
36. Fluxo de caixa
37. Cobertura de seguros

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cambuci S.A. (“Cambuci” ou “Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação “CAMB4”.

A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux no Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento de suas atividades comerciais no exterior, a Companhia, através de suas controladas, atua na Argentina, Uruguai e Chile. As unidades da Espanha e do Paraguai estão com suas atividades paralisadas.

Em 31 de dezembro de 2017, de forma consolidada, a Companhia e suas controladas, apresentam passivo circulante em excesso ao ativo circulante, no montante de R\$ 40.895 (R\$ 83.858 em 31 de dezembro de 2016), principalmente pelos seus empréstimos e financiamentos de curto prazo e um patrimônio líquido em R\$ 6.965 (passivo a descoberto em R\$ 36.129 em 31 de dezembro de 2016).

A Administração da Cia atuou fortemente durante o ano na constante busca de controlar e reduzir as despesas e os custos, na melhoria das condições de comercialização, no desenvolvimento de produtos cada vez mais alinhados às expectativas dos consumidores para assim preservar os níveis de receita; atuamos com ênfase especial no aprimoramento operacional produtivo e visando a melhoria das margens operacionais, agindo neste sentido desde a elaboração de um orçamento com orientação rigorosa nos controles dos gastos operacionais; realizamos o relançamento da marca “Stadium”, o que produziu reflexos nas receitas da marca neste exercício quando comparada com o ano anterior; fizemos a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, com a inclusão de todos os débitos possíveis existentes junto à Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, resultando na redução da dívida tributária, enfim, procuramos garantir condições melhores para a sustentabilidade empresarial. Cremos que obtivemos importantes resultados nessas ações e isso poderá ser visto pelos resultados proporcionados, com maiores detalhamentos dos efeitos nos demonstrativos financeiros ora divulgados.

Em relação às nossas operações na Argentina e no Chile, a Administração da Cia implementou no final de 2017 relevantes mudanças estratégicas, decidindo pelo fechamento da subsidiária no Chile, direcionando outro formato estratégico para a presença e as operações naquele mercado, bem como, promovemos mudanças estruturais e operacionais na subsidiária da Argentina. Desta forma, esperamos propiciar já em 2018 melhores condições de atuação nesses importantes mercados e esperamos assim produzir efeitos benéficos tanto nos volumes comercializados por essas duas operações, inclusive para com o Brasil, com consequências positivas nos resultados de 2018, além de, naturalmente, também na geração de caixa

Para 2018 acreditamos que eventos como a Copa do Mundo e as eleições gerais no Brasil proporcionarão cenários de maior otimismo para a nossa economia e, neste sentido, confiamos que o pior momento da atividade econômica tenha ficado para o passado, mesmo e a despeito das ainda presentes incertezas no cenário político. Os sinais dessa percepção de melhoria estão presentes em vários dos indicadores econômicos, de inflação e do emprego recém divulgados, inclusive sendo refletidos em projeções do mercado por uma elevação mais expressiva do PIB em 2018, otimismo este também presente nas projeções econômicas oficiais.

Mesmo assim, atuamos com cautela e certo conservadorismo nos nossos planejamentos de vendas, de produção, de rentabilidade e de geração de caixa para 2018, porém claramente num viés de crescimento e não mais em cenários de retração. Continuaremos atentos aos custos e as oportunidades de mercado; da mesma forma, na continuidade da

geração dos ganhos de produtividade e na redução dos custos financeiros, bem como, buscando captar recursos financeiros com perfis mais alinhados com estes cenários e com nosso esperado melhor ambiente macroeconômico nacional, com repercussões favoráveis em nosso ambiente empresarial.

Temos confiança que o sucesso das medidas de reestruturação mencionadas acima, permitirá a Companhia continuar recuperando a sua lucratividade e consequentemente o seu patrimônio líquido..

2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS E CONSOLIDADAS

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

Não há em 31 de dezembro de 2017 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de março de 2018.

3.2 Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis das controladas. As demonstrações contábeis de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos períodos. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das demonstrações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* (“CTA”)), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 17.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 25, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 27.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A seguir apresentam-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros – aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1 de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.
- IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes – Esta norma estabelece um novo modelo contendo cinco passos que devem ser aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15/CPC47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.
- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações.

O IASB emitiu a IFRS 16, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

	Participação no capital total - %		
	Sede (País)	31/12/2017	31/12/2016
Controladas Diretas			
Cambuci Importadora Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Era Sports Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	Brasil	98,00	98,00
Cambuci Trust S/A	Brasil	100,00	100,00
Latinline S/A	Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	Chile	100,00	75,00
Penalty Ibéria S.L	Espanha	100,00	100,00

- (i) Cambuci Importadora Ltda., (“Cambuci Importadora”) sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem movimento. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. (“Impar Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a comercialização no atacado de artigos do vestuário e complementos. A Era Sports Ltda. (“Era Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda e comercialização de ativos, bem como participação em empresas não financeiras. A Cambuci Trust S/A (“Cambuci Trust”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda ou locação de imóveis próprios, bem como participação societária em outras empresas.
- (ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guarani, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos.
- (iii) Penalty Argentina S/A (“Penalty Argentina”), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino; tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos.
- (iv) Penalty Chile S/A (“Penalty Chile”), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno; tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos.
- (v) Penalty Ibéria S.L. (“Penalty Ibéria”), sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; tem como finalidade a comercialização e importação de artigos esportivos.
- (vi) Latinline Trade S/A (“Latinline”), é uma sociedade constituída na Republica Oriental do Uruguai, cujo objeto é o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties.

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

6. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS DE FORNECEDORES CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Adicionalmente, está sendo reapresentado o saldo de fornecedores correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, originalmente incluído nas demonstrações financeiras emitidas em 24 de março de 2017, em conformidade com a Deliberação CVM n°. 592/09 equivalente ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis.

A reapresentação está sendo efetuada para melhor apresentação do valor de mutuo pessoa física, alocada anteriormente na conta de fornecedores, enquanto o correto é na conta demais contas a pagar.

Abaixo são demonstrados os ajustes realizados nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas, comparativamente às demonstrações ora apresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Passivo circulante						
Fornecedores nacionais	16.547	(3.742)	12.805	29.571	(3.742)	25.829
Passivo não circulante						
Demais contas a pagar	3.495	3.742	7.237	3.487	3.742	7.229

7. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluídas na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

d) Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

e) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias descritas acima. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

f) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) *Impairment* de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 9).

j) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 10.

k) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

l) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

m) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 17.2 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

n) Intangível

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18.

o) Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única “UGC” para realizar esse teste.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Tributação

q.1) Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

r) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

t) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

u) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 25.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

v) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

w) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasing financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 17.2. A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

8. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 27.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política

financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”).

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado				
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Circulante					
Fornecedores	19.883	-	-	-	19.883
Empréstimos e financiamentos	97.521	1.879	2.876	1.149	103.425
Debêntures	1.727	370	-	-	2.097
	119.131	2.249	2.876	1.149	125.405

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	41	48	61	67
Bancos conta movimento	1.233	1.229	7.040	5.793
Aplicações financeiras	5.545	4.895	5.545	4.901
	6.819	6.172	12.646	10.761

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários (“CDB”) compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber mercado interno	54.780	51.877	67.275	63.961
Contas a receber no Exterior	2.407	1.729	2.680	1.812
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(9.209)	(7.883)	(12.221)	(9.775)
	47.978	45.723	57.734	55.998

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	1.738	2.038	3.317	2.915
De 31 a 120 dias	860	-	1.434	-
De 121 a 180 dias	1.015	2.840	1.416	3.933
A partir de 181 dias	7.718	6.366	7.719	7.112
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(9.209)	(7.883)	(12.221)	(9.775)
Total dos títulos vencidos - terceiros	2.122	3.361	1.665	4.185
Títulos a vencer - terceiros	45.856	42.362	56.069	51.813
Total da carteira de clientes - terceiros	47.978	45.723	57.734	55.998

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo da PECLD no início do período	(7.883)	(5.218)	(9.775)	(7.304)
Adição do período	(2.365)	(4.176)	(3.485)	(3.982)
Baixa de títulos considerados incobráveis	1.039	1.511	1.039	1.511
Saldo da PECLD no final do período	(9.209)	(7.883)	(12.221)	(9.775)

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é apresentada em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

11. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	23.563	19.678	36.290	34.551
Importação em andamento	1.476	1.702	1.476	1.702
Produtos em elaboração	830	2.501	830	2.501
Matérias-primas	5.480	6.819	6.873	11.382
Matérias-primas em trânsito	508	96	2.024	8.198
	31.857	30.796	47.493	58.334

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

A Companhia tem como política avaliar mensalmente o giro dos estoques, e para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perdas.

A classificação das perdas por obsolescência no resultado é apresentada em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo consolidado de estoque obsoleto é de R\$ 3.357 (R\$ 2.557 em 31 de dezembro de 2016), demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo da Provisão Obsolescência no início do período	(2.500)	(1.283)	(2.557)	(1.663)
Provisão do período	(510)	(2.991)	(1.708)	(2.991)
Reversão (Perdas) do período	908	1.774	908	2.097
Saldo da Provisão Obsolescência no final do período	(2.102)	(2.500)	(3.357)	(2.557)

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

	31/12/2017		Transações no resultado de Janeiro a	
	Não Circulante	Não Circulante	Dezembro de 2017	
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	9.122	-	-	-
Era Sports Ltda.	65	-	-	-
Cambuci Trust S/A	236	-	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	25.345	-	-	-
Latinline S/A	446	-	-	-
Impar Paraguay S/A	-	1.519	-	-
Penalty Chile S/A	5.226	-	542	-
Penalty Ibéria S.L	116	-	-	-
Penalty Argentina S/A	2.455	-	2.537	-
	43.011	1.519	3.079	-
	31/12/2016		Transações no resultado de Janeiro a	
	Não Circulante	Não Circulante	Dezembro de 2016	
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	5.794	-	-	-
Era Sports Ltda.	65	-	-	-
Cambuci Trust S/A	426	-	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	23.351	-	182	-
Latinline S/A	(32)	-	-	-
Impar Paraguay S/A	-	1.640	-	2.095
Penalty Chile S/A	3.773	-	-	-
Penalty Ibéria S.L	-	-	-	-
Penalty Argentina S/A	10.113	-	5.368	-
	43.490	1.640	5.550	2.095

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas.

Os saldos com as controladas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2017, o montante acumulado referente à salário do pessoal-chave da administração foi de R\$ 3.242 (R\$ 2.649 em 31 de dezembro de 2016).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 35.

13. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	53	257	53	259
Imposto sobre produto industrializado (IPI)	79	299	79	299
Programa de Integração Social (PIS)	29	1	29	1
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	413	4	413	4
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	692	2.820
Impuesto a las ganancias - saldo a favor	-	-	2.604	1.992
Outros	10	20	22	193
	583	581	3.891	5.568

13.1 Imposto de renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro (“CSLL”)

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
(Prejuízo) lucro antes do IR e da CSLL	9.552	(33.388)
Adições	8.843	10.055
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	8.707	9.903
Outras	136	152
Exclusões	(21.498)	(18.385)
Subvenção para investimento - ICMS	(20.584)	(18.250)
Equivalência patrimonial	(914)	-
Outras	-	(135)
Prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa apurados	(3.103)	(41.718)

Os créditos fiscais diferidos não foram contabilizados em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32 que foi aprovado pela deliberação CVM 599/09. A Administração da Companhia mantém monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas todas as condições previstas no citado Pronunciamento.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do prejuízo fiscal é de R\$39.031 (R\$205.511 em 31 de dezembro 2016) e de base negativa de contribuição social é de R\$126.070 (R\$145.599 em 31 de dezembro 2016).

14. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios, prêmios de seguros e gastos com marketing.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Juros a apropriar	26	74	26	74
Clubes e confederações	1.301	1.142	1.301	1.142
Seguros	74	62	74	62
Consultorias	28	-	28	-
Outras	-	3	117	3
	1.430	1.281	1.547	1.281

15. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Valor a receber de terceiros	-	-	2.199	2.152
Despachante aduaneiro	116	292	116	294
Alugueis a receber	603	513	603	513
Adiantamento fornecedor	110	310	224	310
Outros	780	1.448	3.324	3.337
Valor Fundep a liberar	(i) -	-	23.420	19.990
Saldos vinculados - Banco Santander	1.712	105	1.712	105
	3.321	2.668	31.598	26.701
Circulante	2.816	2.163	5.030	6.206
Não Circulante	505	505	26.568	20.495

(i) Trata-se de ação indenizatória contra o BANDES, oriundo de sentença proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores.

16. INVESTIMENTOS

(a) Informações sobre as controladas

		Controladora			
Investimento da controladora	Participação no capital total %	Lucro (prejuízo) do período		Patrimônio líquido	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	(162)	3.100	(9.940)	(9.661)
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	99,99	(710)	709	26.626	27.336
Impar Paraguay S/A	96,70	(1.240)	(1.084)	3.213	4.258
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	(17)	869	(17.496)	(17.479)
Latinline S/A	100,00	(366)	225	2.231	2.587
Penalty Argentina S/A	95,00	(5.127)	(353)	6.734	4.880
Penalty Chile S/A	100,00	(1.085)	6.358	(6.457)	(4.706)
Penalty Ibéria S.L	100,00	834	74	186	(428)
Cambuci Trust	100,00	80	5	802	722
		(7.793)	9.903	5.899	7.509

(b) Em 31 de dezembro de 2017, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

	31/12/2016	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Aumento de capital	Transferência entre contas	31/12/2017
Investimentos em controladas						
Latinline S/A	2.587	(366)	10	-	-	2.231
Penalty Argentina S/A	4.880	(5.127)	(1.048)	8.029	-	6.734
Cambuci Trust	722	80	-	-	-	802
Impar Paraguay S/A	4.258	(1.240)	195	-	-	3.213
Penalty Ibéria S.L	-	(12)	12	-	186	186
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	27.336	(710)	-	-	-	26.626
	39.783	(7.375)	(831)	8.029	186	39.792
Provisão para perdas em investimentos						
Cambuci Importadora Ltda.	(9.661)	(162)	(117)	-	-	(9.940)
Penalty Ibéria S.L	(428)	846	(232)	-	(186)	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(17.479)	(17)	-	-	-	(17.496)
Penalty Chile S/A	(4.706)	(1.085)	(666)	-	-	(6.457)
	(32.274)	(418)	(1.015)	-	(186)	(33.893)

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este a sua obrigação perante ao déficit da Companhia. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

17. IMOBILIZADO

O saldo e as movimentações do imobilizado estão demonstradas nos quadros abaixo:

Controladora						
	Taxa de Depreciação	31/12/2017			31/12/2016	
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação
Terreno		145	-	145	145	-
Edificações	2 a 4 %	10.633	(6.085)	4.548	10.648	(5.869)
Maquinas e equipamentos	6,67%	33.325	(21.045)	12.280	50.782	(34.869)
Equipamentos de computação	25%	5.292	(3.580)	1.712	7.516	(6.991)
Instalações	10%	3.838	(460)	3.378	18.078	(11.426)
Móveis e utensílios	8,33%	11.251	(6.204)	5.047	4.117	(3.945)
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	10.210	(7.941)	2.269	10.574	(8.327)
Imobilizado em andamento		422	-	422	112	-
		75.116	(45.315)	29.801	101.972	(71.427)
						30.545
Consolidado						
	Taxa de Depreciação	31/12/2017			31/12/2016	
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação
Terreno		12.975	-	12.975	12.975	-
Edificações	2 a 4 %	28.345	(8.917)	19.428	28.364	(7.993)
Maquinas e equipamentos	6,67%	33.370	(21.090)	12.280	51.121	(35.181)
Equipamentos de computação	25%	5.477	(3.757)	1.720	7.786	(7.249)
Instalações	10%	3.838	(460)	3.378	18.098	(11.440)
Móveis e utensílios	8,33%	11.407	(6.346)	5.061	4.520	(4.254)
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	11.533	(7.973)	3.560	11.496	(8.343)
Imobilizado em andamento		422	-	422	113	-
		107.367	(48.543)	58.824	134.473	(74.460)
						60.013

						Controladora
	31/12/2016	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2017
Terreno	145	-	-	-	-	145
Edificações	4.779	-	(5)	192	(418)	4.548
Maquinas e equipamentos	15.913	769	(68)	(2.327)	(2.007)	12.280
Equipamentos de computação	525	493	(7)	939	(238)	1.712
Instalações	6.652	286	(1)	(2.630)	(929)	3.378
Móveis e utensílios	172	13	(4)	5.193	(327)	5.047
Outros ativos imobilizados	2.247	1.719	(33)	(415)	(1.249)	2.269
Imobilizado em andamento	112	1.297	-	(987)	-	422
	30.545	4.577	(118)	(35)	(5.168)	29.801

							Consolidado
	31/12/2016	Adição	Baixa	Depreciação	Variação cambial	Transferência	31/12/2017
Terreno	12.975	-	-	-	-	-	12.975
Edificações	20.371	-	(15)	(1.117)	(2)	191	19.428
Maquinas e equipamentos	15.940	776	(99)	(1.998)	(6)	(2.333)	12.280
Equipamentos de computação	537	547	(5)	(299)	2	938	1.720
Instalações	6.658	288	(10)	(928)	(1)	(2.629)	3.378
Móveis e utensílios	266	13	(95)	(309)	(6)	5.192	5.061
Outros ativos imobilizados	3.153	2.131	(81)	(1.289)	61	(415)	3.560
Imobilizado em andamento	113	1.288	-	-	-	(979)	422
	60.013	5.043	(305)	(5.940)	48	(35)	58.824

17.1 Arrendamento mercantil financeiro

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$126 (R\$389 em 31 de dezembro de 2016), contemplado na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, referente a compra de veículos e equipamentos de informática, alocados nas respectivas contas dentro do Ativo Imobilizado.

17.2 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados	
	31/12/2017	31/12/2016
Edificações	25 a 60 anos	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 a 15 anos
Equipamentos de computação	4 anos	4 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos	12 anos
Outros ativos imobilizados	4 a 10 anos	4 a 10 anos

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, refletindo o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da vida útil dos ativos no processo produtivo e constante substituição de peças de reposição pelo avanço tecnológico e aumento na produção.

17.3 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Periodicamente, a Companhia efetua avaliação de seus ativos, através do setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, é o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa. E como resultado desta análise, de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 (R1) – Recuperação ao valor recuperável dos ativos, não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “*impairment*” sobre esses saldos.

18. INTANGÍVEL

Os saldos e as movimentações do intangível estão demonstradas nos quadros abaixo:

							Controladora
							31/12/2016
							31/12/2017
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.291	(2.098)	193	2.136	(2.039)	97
Direito de uso software (i)	20%	7.225	(6.751)	474	7.018	(6.418)	600
		9.516	(8.849)	667	9.154	(8.457)	697

							Consolidado
							31/12/2016
							31/12/2017
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.292	(2.098)	194	2.136	(2.038)	98
Direito de uso software	20%	7.321	(6.820)	501	7.129	(6.476)	653
		9.613	(8.918)	695	9.265	(8.514)	751

(i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

A amortização de marcas e patentes e custos de desenvolvimento é alocada aos custos dos estoques e incluídos no ‘Custo das vendas’, na medida em que os estoques são vendidos.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

						Controladora
						31/12/2017
	31/12/2016	Adição	Baixa	Transferência	Amortização	31/12/2017
Marcas e patentes	97	157	-	-	(61)	193
Direito de uso software	600	206	-	35	(367)	474
	697	363	-	35	(428)	667

						Consolidado
						31/12/2017
	31/12/2016	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Variação cambial
Marcas e patentes	98	156	-	(60)	-	-
Direito de uso software	653	205	-	(387)	35	(5)
	751	361	-	(447)	35	(5)

19. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	Reapresentado		Reapresentado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	10.837	12.805	15.495	17.852
Fornecedores exterior	-	-	4.388	7.977
	10.837	12.805	19.883	25.829

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
Encargos Financeiros Médios		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro - CDI	CDI + 5,86% a.a.	82.701	103.447	82.701	103.447
Capital de giro - Fixo	Fixo 18% a.a.	1.758	8.378	1.758	8.378
Desenbahia - BNDES (a)	TJLP	6.879	7.098	6.879	7.098
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	510	96	510	96
Leasing	1,04% a 1,24%	126	-	126	-
BDMG	IPCA + 6% a.a.	-	847	-	847
		91.974	119.866	91.974	119.866
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	-	11.451	14.140
		-	-	11.451	14.140
		91.974	119.866	103.425	134.006
Passivo circulante		87.335	111.888	97.521	126.028
Passivo não circulante		4.639	7.978	5.904	7.978

Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas está assim demonstrado por empresa:

	Cambuci	Penalty Argentina	Penalty Chile	Total
Em moeda corrente - R\$				
Capital de giro - CDI	82.701	-	-	82.701
Capital de giro - Fixo	1.758	-	-	1.758
Desenbahia - BNDES (a)	6.879	-	-	6.879
FINAME/FINEP	510	-	-	510
Leasing	126	-	-	126
BDMG	-	-	-	-
	91.974	-	-	91.974
Em moeda estrangeira - US\$				
Capital de giro	-	9.572	1.879	11.451
	-	9.572	1.879	11.451
	91.974	9.572	1.879	103.425

No quarto trimestre de 2017, a Companhia negociou contratos de empréstimos com o Banco Daycolval e Banco Itau, com redução significativa nos valores das dívidas. As negociações geraram ganhos de R\$21.705 no resultado do período e o restante da dívida será liquidado durante o exercício de 2018 e 2019.

Termo e cronograma de amortização da dívida:

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	126.028
2018	96.857	2.541
2019	1.879	906
2020	1.064	906
2021 em diante	3.625	3.625
	<u>103.425</u>	<u>134.006</u>

Garantia:

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui ativos oferecidos como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia. Informamos os valores do ativo imobilizado que estão dados em garantia para as operações de empréstimos:

- Terreno/edificações: R\$ 1.460 com BDMG, R\$ 17.751 com Banco Bradesco
- Terreno/edificações/máquinas/equipamentos/instalações: R\$ 16.133 com Desenhahia.

21. DEBÊNTURES

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
<u>Encargos financeiros</u>		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Debêntures	INPC + 8% a.a	<u>2.097</u>	<u>2.693</u>	<u>2.097</u>	<u>2.693</u>
	Circulante	1.727	2.693	1.727	2.693
	Não circulante	370	-	370	-

22. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
FGTS		374	2.357	374	2.357
INSS	(i)	781	19.280	781	19.280
IRRF		252	366	252	366
Outros encargos		54	68	506	518
Pensão Alimentícia		6	9	6	8
Férias		-	2	-	2
Provisão de férias e encargos		3.158	3.467	3.645	3.467
Salários		1.278	986	1.279	986
		<u>5.903</u>	<u>26.535</u>	<u>6.843</u>	<u>26.984</u>

- (i) Em 30 de outubro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme a Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017. No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia está liquidando seus débitos vencidos até 30 de abril de 2017, com entrada de 24% da dívida consolidada em 24 prestações mensais e sucessivas

e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL(nota explicativa 33). No âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Companhia liquidou seus débitos com entrada de 5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 3 parcelas mensais e sucessivas e a liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL(nota explicativa 33).

23. OBRIGAÇÕES FISCAIS

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições					
ICMS		529	540	529	540
PIS		-	1.338	10	1.444
COFINS		-	13.000	45	13.468
IPI		-	1.796	-	1.815
Outros		112	203	649	1.159
		641	16.877	1.233	18.426
Tributos parcelados					
Parcelamento do ICMS		-	-	-	322
PPI do ICMS		4.909	4.908	27.614	27.209
PEP - ICMS		4.332	4.332	4.332	4.332
Decreto Parcelamento 772799 - ICMS		404	1.022	404	1.022
Parcelamento PIS		-	1.782	-	1.782
Parcelamento IR		-	363	-	363
Parcelamento CSRF		-	69	-	69
PERT - Programa Especial de Regularização Tributária	(i)	7.768	-	7.784	-
Parcelamento ordinário - PIS / COFINS	(ii)	2.015	-	2.015	-
Parcelamento ordinário - CONTRIB.PREV	(ii)	1.439	-	1.439	-
Parcelamento ordinário - IPI / IRRF / CSRF	(ii)	269	-	269	-
Parcelamento ordinário de INSS	(ii)	3.471	-	3.471	-
Parcelamento IPTU		235	-	235	-
Parcelamento FGTS		1.909	-	1.909	-
		26.751	12.476	49.472	35.099
		27.392	29.353	50.705	53.525
Passivo circulante		16.688	27.237	19.993	29.108
Passivo não circulante		10.704	2.116	30.712	24.417

- (i) Em 30 de outubro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme a Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017. No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia está liquidando seus débitos vencidos até 30 de abril de 2017, com entrada de 24% da dívida consolidada em 24 prestações mensais e sucessivas e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL(nota explicativa 33). No âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Companhia liquidou seus débitos com entrada de 5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 3 parcelas mensais e sucessivas e a liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL(nota explicativa 33).

- (ii) A companhia parcelou os débitos vencidos após 30 de abril de 2017, que não foram contemplados no PERT na Secretaria da Receita Federal do Brasil, em 60 parcelas mensais e sucessivas.

24. DEMAIS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a valores a pagar de patrocínios a clubes e de comissões.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento de clientes	1.630	1.626	1.634	1.626
Qualidade cliente	604	519	609	519
Frete sobre vendas	332	1.905	332	1.905
Galacross do Brasil Ltda	3.468	3.495	3.468	3.495
Mutuo Pessoa Física	3.023	3.742	3.023	3.742
Comissões a pagar	98	88	98	88
Provisões de despesas diversas	4.812	1.901	4.822	1.901
Agenciamento de créditos financeiros (i)	15.000	-	15.000	-
Outros	715	1.230	774	1.575
	29.682	14.506	29.760	14.851
Circulante	23.191	7.269	23.269	7.622
Não Circulante	6.491	7.237	6.491	7.229

(i) Prestação de serviços de agenciamento e intermediação na repactuação de dívidas financeiras

25. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Natureza	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	1.835	(1.699)	136	2.097	(998)	1.098
Fiscais	-	-	-	372	-	372
Cíveis	386	(4.894)	(4.508)	-	(3.213)	(3.213)
	2.221	(6.593)	(4.372)	2.469	(4.211)	(1.743)

Natureza	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	1.835	(1.699)	136	2.097	(998)	1.099
Fiscais	-	-	-	372	-	372
Cíveis	386	(4.895)	(4.509)	-	(3.548)	(3.548)
	2.221	(6.594)	(4.373)	2.469	(4.546)	(2.077)

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.097	372	-	2.469
(+) Complemento de provisão	187	-	386	573
(-) Reversão	(449)	(372)	-	(821)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.835	-	386	2.221

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2017 e 2018.

Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

- (i) Ações cíveis, no montante de R\$ 2.920 (R\$ 1.604 em 31 de dezembro de 2016), com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- (ii) Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de lesão por esforço repetitivo (LER) e/ou adicional de insalubridade, no montante de R\$ 958 (R\$ 812 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 2.200.
- (iv) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 27.774 (R\$ 26.238 em 31 de dezembro de 2016).

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital Social

Foi deliberado em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 30 de maio de 2016, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia de 38.552.249 (trinta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e duas mil, duzentas e quarenta e nove) ações, dividido em 13.087.267 (treze milhões, oitenta e sete mil e duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 25.464.982 (vinte e cinco milhões, quatrocentas e sessenta e quatro mil e novecentas e oitenta e duas) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto, na proporção de 10 (dez) ações para 1 (uma) ação, sem modificação no capital social, nos termos do art. 12 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive assegurando aos acionistas, que passarem a

deter frações de ação em decorrência do grupamento, a oportunidade de deter, no mínimo, uma nova ação após o grupamento.

Após a conclusão do Grupamento, o capital social da Companhia permaneceu no montante de R\$35.636, dividido em 1.308.726 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 2.546.498 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

O valor de mercado das ações da Cambuci, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2017 a R\$ 8,60 por ação.

26.2 Outros Resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

26.3 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo.

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do período ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	Janeiro a dezembro de 2017		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	44.774	44.774	44.774
Media ponderada das ações em circulação durante o período	1.309	2.546	3.855
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	34,211898	17,582578	11,613852

	Janeiro a dezembro de 2016		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	(33.388)	(33.388)	(33.388)
Media ponderada das ações em circulação durante o período	1.309	2.546	3.855
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	(25,511834)	(13,111340)	(8,660457)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A companhia não apresenta ações potenciais que provocam diluição.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Classificação por categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	1.274	1.277	7.101	5.860
		1.274	1.277	7.101	5.860
Aplicacoes financeiras					
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	5.545	4.895	5.545	4.901
		5.545	4.895	5.545	4.901
Contas a receber clientes	Empréstimos e recebíveis	47.978	45.723	57.734	55.998
		47.978	45.723	57.734	55.998
Partes relacionadas					
Ativos	Empréstimos e recebíveis	43.011	43.490	-	-
Passivos	Empréstimos e recebíveis	1.519	1.640	-	-
		41.492	41.849	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	10.837	12.805	19.883	25.829
		10.837	12.805	19.883	25.829
Empréstimos e financiamentos					
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	-	-	11.451	14.140
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	91.974	119.866	91.974	119.866
		91.974	119.866	103.425	134.006
Debêntures	Outros passivos financeiros	2.097	2.693	2.097	2.693
		2.097	2.693	2.097	2.693

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil.

27.1 Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- (ii) o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.
- (iii) o valor justo dos financiamentos é uma aproximação razoável do valor contábil.

27.2 Hierarquia do valor justo

Técnicas de avaliação e dados (*inputs*) significativos não observáveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de *swap* ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

27.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

(i) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são:

- a taxa de câmbio dólar-real
- indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2017, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem renegociados não podem ser comparados aos valores de mercado.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Cambuci inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração da Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, em relação à nossa projeção do dólar médio do exercício.

(iii) Sensibilidade

A sensibilidade dos empréstimos e financiamentos expostos à variação das taxas de mercado, segundo o que determina a instrução CVM 475/08, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

	Cenário provável		Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	R\$	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	82.701	6,4251%	8,0313%	1.328	9,6376%	2.657
IPCA	-	2,8624%	3,5780%	-	4,2935%	-
TJLP	6.879	6,5625%	8,2031%	113	9,8438%	226
TR	510	0,5967%	0,7459%	1	0,8951%	2
Peso Argentina	9.572	0,1755	0,2194	420	0,2633	840
Peso Chileno	1.879	0,0050	0,0062	2	0,0074	5
Fornecedor	4.282	3,3845	4,2306	3.623	5,0767	7.246
Clientes	2.679	3,3845	4,2306	2.269	5,0767	4.533
	108.502			7.756		15.509

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 50% em relação às taxas do cenário provável.

27.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Contas a receber

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2017, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2016.

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas brutas de vendas				
Brasil	242.580	236.367	239.161	225.872
Exterior	6.274	8.119	6.274	8.119
Impar Sports	-	-	-	3.589
Latiline	-	-	254	1.129
Impar Paraguai	-	-	378	2.203
Penalty Argentina	-	-	52.509	70.238
Trust	-	-	110	-
Penalty Chile	-	-	3.326	5.558
	248.854	244.486	302.012	316.708
Deduções de Venda				
Tributos	(31.137)	(30.914)	(33.130)	(31.950)
Devoluções de vendas e outros	(9.412)	(8.203)	(9.418)	(8.369)
	(40.549)	(39.117)	(42.548)	(40.319)
Receita líquida de vendas	208.305	205.369	259.464	276.389

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, consequentemente, para fins de divulgação das Informações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

29. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2021. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, está demonstrado no quadro abaixo:

		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016
Subvenção do ICMS:			
Paraíba	(a)	5.275	5.363
Bahia	(b)	14.871	13.505
		20.146	18.868

a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pela fábrica de Bayeux. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidade fabril naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Bahia, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Itajuípe e Itabuna. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A

Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas baianas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Crédito fiscal extemporâneo	7.731	3.999	7.731	3.999
Créditos extemporâneos Penalty Ibéria	-	-	949	-
Receita de Aluguéis	2.206	3.062	2.206	3.062
Venda de matéria-prima	464	130	464	130
Custos s/cvenda de matéria-prima	(649)	(189)	(649)	(189)
Impostos s vendas de matéria-prima	(98)	(6)	(98)	(6)
Venda de Ativo Permanente	10	72	10	72
Reversão Contingencia Trabalhista	229	-	229	-
IPTU	(361)	-	(361)	-
Baixa de bens de ativo permanente	159	(260)	159	(260)
Baixa Estoques Obsoletos	(207)	(183)	(237)	(183)
Provisao de Ociosidade de Fábrica.	(2.594)	(4.712)	(2.594)	(4.712)
Provisão para baixo giro dos estoques	(278)	(1.500)	(1.974)	(1.500)
Contingencias Fiscais	(178)	(601)	(178)	(601)
Despesas Indedutíveis	(2)	490	(2)	150
Impostos Argentina	-	-	(788)	-
Perdas periodos anteriores - Chile	-	-	-	(4.006)
Provisão de PLR	(567)	-	(567)	-
Provisão de Banco de Horas	(389)	-	(389)	-
Outras	2.312	1.765	2.149	1.413
	7.788	2.067	6.060	(2.631)

31. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	7	361	7	361
Variação cambial	1.399	3.457	959	3.656
Juros recebidos	1.339	1.526	1.436	1.537
Atualização Fundap	-	-	3.130	-
Repactuação de Empréstimos Bancários	21.703	-	21.704	-
Outras Receitas	-	-	10	5
	<u>24.448</u>	<u>5.344</u>	<u>27.246</u>	<u>5.559</u>
Despesas financeiras				
Comissão e Despesa Bancárias	(1.795)	(2.503)	(1.974)	(2.749)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(16.887)	(12.798)	(23.498)	(20.546)
Variação cambial	(1.915)	(10.312)	(1.916)	(12.558)
Juros sobre fornecedores e impostos	(7.040)	(9.468)	(10.135)	(12.520)
Juros Vendor	(11)	(145)	(11)	(145)
Juros mutuo acionista	(430)	(188)	(430)	(188)
Descontos financeiros	(238)	(684)	(238)	(691)
Outras despesas	(27)	(132)	(19)	(771)
	<u>(28.343)</u>	<u>(36.230)</u>	<u>(38.221)</u>	<u>(50.168)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.895)</u>	<u>(30.886)</u>	<u>(10.975)</u>	<u>(44.609)</u>

32. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos produtos vendidos				
Materia prima	61.326	65.599	76.509	85.940
Mão de obra direta	36.913	38.205	46.052	50.052
Gastos gerais de fabricação	23.214	23.608	29.838	31.891
Depreciação e Amortização	4.369	3.324	4.451	3.392
	125.822	130.736	156.850	171.275
Despesas com vendas				
Clubes	322	1.481	322	1.481
Comissões	11.097	12.972	12.101	14.205
Marketing e TradeMarketing	8.007	3.559	8.568	4.216
Frete	7.216	8.317	10.825	12.156
Despesas com pessoal	8.310	7.636	9.113	8.472
Despesas com tecnologia da informação	448	150	565	256
Consultorias	52	45	52	45
Serviços com Terceiros	1.137	948	1.251	1.042
Depreciação e amortização	226	273	226	297
Outros	9.342	11.942	16.862	21.571
	46.157	47.323	59.885	63.741
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	13.580	12.894	13.923	13.739
Serviços com Terceiros	2.031	1.292	2.070	1.363
Despesas com tecnologia da informação	1.477	1.400	1.504	1.426
Consultorias	1.059	1.441	1.067	1.546
Depreciação e Amortização	1.002	1.025	1.710	1.734
Outros	3.725	3.924	8.569	7.582
	22.874	21.976	28.843	27.390

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	35.222	-	35.760	(94)
	35.222	-	35.760	(94)

A receita com imposto de renda e contribuição social da Controladora totalizou R\$35.222 impactada pelo reconhecimento do créditos de prejuízos fiscais e base negativa em decorrência da adesão ao PERT.

Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Em 30 de outubro de 2017 a Companhia aderiu ao PERT- Programa Especial de Regularização Tributária, considerando todos os débitos junto à Receita Federal e Procuradoria Geral da União.

No âmbito da Secretaria da Receita Federal, a adesão foi realizada de acordo com o Art. 2º, IV, sendo o pagamento em espécie de 24% da dívida consolidada em 24 prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL.

No âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a adesão foi realizada de acordo com o Art. 3º, I e II, sendo a redução do pagamento à vista e em espécie para 5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017. Após a aplicação das reduções de multas e juros, a possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL.

Considerando os impostos em aberto na Receita Federal e na Procuradoria Geral da Fazenda da União, a Companhia utilizou os seguintes créditos de Prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL:

Saldo a pagar	48.689
(-) Reduções	(4.036)
Saldo após reduções	44.653
(-) Utilização créditos de Prejuízo Fiscal	(29.800)
(-) Utilização créditos de Base negativa CSLL	(5.422)
Saldo a pagar parcelado	9.431

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou no consolidado uma receita com imposto de renda e contribuição social proveniente de sua controlada Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda, no montante de R\$ 538, também referente ao ganho com o PERT-Programa Especial de Regularização Tributária.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das Informações trimestrais da Companhia.

Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

(a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e

(b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina, Chile, Paraguai e Espanha.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a receita bruta de vendas por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 79,2%.
- Operações internacionais: 20,8%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Brasil	239.161	225.872
Argentina	52.509	70.238
Outros	10.342	20.598
Total	302.012	316.708

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – PLANO DE OPÇÕES

Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano opções de compra de ações para colaboradores da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foram outorgadas aos executivos da Companhia plano de opções de ações, bem como não houveram exercícios de opções relativos a períodos anteriores.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve obrigação de provisão com remuneração baseada em ações em virtude não haver nenhum compromisso assumido em razão de outorga de opção de compra ou subscrição de ações vigente.

36. FLUXO DE CAIXA

A Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Agenciamento de créditos financeiros	15.000	-	15.000	-

37. COBERTURA DE SEGUROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houveram alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, considerando as orientações de terceiros e a concentração de seus riscos.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composto por R\$ 145.332 para danos materiais e R\$ 38.808 para responsabilidade civil, respectivamente para o Grupo e para a Companhia.

* * * * *

Diretoria estatutária

- Alexandre Schuler - Diretor Presidente
- Roberto Estefano - Diretor de Relações com o Mercado
- Emerson Tsuneji Shiromaru - Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

Conselho de Administração

- Roberto Estefano
- Eduardo Estefano Filho
- Manuel Roberto Bravo Caldeira

Conselho Fiscal

- Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
- Mário Alberto de Lima Reis Coutinho
- Roberto Massayuki Hara

Responsável técnico:

Paulo Cesar Picolli
Gerente Contábil Fiscal
Contador CRC SP 165645/O-6